



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 92/X/4.^a

Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano dois mil e nove reuniu, pelas dez horas e quarenta e cinco minutos, na sala quatro, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação das Actas n.ºs 90 e 91;
2. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 689/X (CDS-PP)** - *Cria mecanismos de combate ao desemprego, nomeadamente de cidadãos com mais de 55 anos e de jovens desempregados* - Deputado autor do parecer: Pedro Quartin Graça (PSD);
3. Apreciação de relatórios de audiências concedidas:
 - Comissão Representativa dos Trabalhadores do Grupo SEBER;
 - Sra. Isabel Barbosa e Sr. José Alves Coelho;
4. Nomeação de Deputado autor de parecer para as seguintes iniciativas:
 - **Projecto de Lei n.º 744/X (CDS-PP)** - *Primeira alteração à Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, de modo a criar uma cláusula de salvaguarda para a actualização anual das pensões* (PS);
 - **Proposta de Lei n.º 263/X (GOV)** - *Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 290-A/2001, de 17 de Novembro, que aprovou o estatuto do pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras* (PSD);
5. Nomeação de Deputado autor de parecer (PS) sobre “A Participação de Portugal na União Europeia em 2008” a apresentar à Comissão de Assuntos Europeus até ao próximo dia 16 de Maio;
6. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre a Proposta de Lei n.º 88/X, que regulamenta o Código do Trabalho na parte em que este se refere aos acidentes de trabalho e doença profissionais;
7. Discussão do Projecto de Resolução n.º 457/X (PCP) - *Aumento do salário mínimo nacional*;
8. Outros assuntos;



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

9. Audiência com a Ordem dos Enfermeiros, sobre proposta de criação do Técnico de Emergência Pré-Hospitalar (TEH);
10. Audiência com a Ordem dos Economistas, sobre processo de alteração do seu Estatuto.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), iniciou a reunião submetendo à votação as Actas número noventa e noventa e um, que foram aprovadas por unanimidade.

O segundo ponto da Ordem de Trabalhos foi adiado para o final da reunião, em virtude de o Senhor Deputado Pedro Martin Graça (PSD) ainda não se encontrar presente.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS), na qualidade de coordenadora do Grupo de Trabalho das Audiências, apresentou os relatórios das audiências concedidas à Comissão Representativa dos Trabalhadores do Grupo SEBER e à Senhora Isabel Barbosa e ao Sr. José Alves Coelho.

No quarto ponto da Ordem de Trabalhos, quer a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) quer o Senhor Deputado Miguel Queiroz disseram que indicariam posteriormente os Deputados autores dos pareceres relativos, respectivamente, ao Projecto de Lei n.º 744/X (CDS-PP) e à Proposta de Lei n.º 263/X (GOV).

No quinto ponto da Ordem de Trabalhos foi nomeada a Senhora Deputada Isabel Santos (PS) autora do parecer sobre "A Participação de Portugal na União Europeia em 2008".

No sexto ponto da Ordem de Trabalhos, foi apreciado o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP no qual é solicitado que seja apreciada a continuidade da discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 88/X (GOV) e discutido se a mesma tem ou não cabimento regimental e constitucional. Interveio em primeiro lugar o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) que, em síntese, disse que a Proposta de Lei em apreço regulamenta artigos de um Código do Trabalho que já não está em vigor pelo que devia ser retirada e apresentada nova iniciativa legislativa, o que permitiria desencadear a respectiva apreciação pública.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Senhora Deputada Esmeralda Salero Ramires (PS) começou por dizer que todos os parceiros sociais já se pronunciaram quer a respeito da Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro, que “aprova o novo regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais”, ainda em vigor, quer relativamente à Proposta de Lei n.º 88/X (GOV), anunciando que o PS apresentará um texto de substituição que será discutido e votado em conjunto com as propostas de alteração dos demais partidos.

O Senhor Deputado Arménio Santos (PSD) interveio para dizer que percebe as razões que presidem ao requerimento apresentado pelo PCP, não compreendendo o que é que o PS pretende fazer atendendo a que o quadro legal foi alterado.

A Senhora Deputada Esmeralda Salero Ramires (PS) esclareceu que, para o PS, importa sobretudo a vertente material, que não sofreu alterações.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) lembrou que, apesar de aquela proposta de lei ter entrado na Assembleia da República em 2006, percebe por que razão o PS tem agora pressa de a aprovar, porque tal atitude tem a ver com a forma ínvia de resolver um problema ligado à ausência de regime contraordenacional do Código do Trabalho revisto. Afirmou que, ainda assim, vai ser obrigatório proceder a um conjunto de novas consultas, designadamente às Regiões Autónomas, porque foi alterado um conjunto de pressupostos de base, ainda que as disposições em questão de ambos os Códigos sejam muito semelhantes.

A Senhora Deputada Esmeralda Salero Ramires (PS) fez saber que o PS aceita proceder a novas audições.

Também a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) considerou sinuoso o processo legislativo relacionado com a Proposta de Lei em apreço, a qual, em seu entender, devia ser substituída, ainda que substancialmente não existam grandes alterações entre os dois textos, como tem sido afirmado.

O Senhor Deputado Arménio Santos (PSD) sublinhou que, independentemente de serem desencadeadas novas audições, o PSD requeria desde já a audição da Ordem dos Médicos.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Por último, a Senhora Deputada Esmeralda Salero Ramires (PS) solicitou que o prazo de apresentação de propostas de alteração se estendesse até ao dia 6 de Maio, o que foi aceite pelas demais bancadas.

O Senhor Presidente submeteu à votação o requerimento apresentado pelo PCP, o qual foi rejeitado, com votos contra do PS e votos a favor do PSD, do PCP, do CDS-PP e do BE.

No sétimo ponto da Ordem de Trabalhos, teve lugar a discussão do Projecto de Resolução n.º 457/X (PCP) – Aumento do salário mínimo nacional, que foi integralmente registada em suporte áudio e da qual será elaborada uma informação que, acompanhada do respectivo Projecto de Resolução, será enviada por ofício a Sua Ex.^ª o Presidente da Assembleia da República para efeitos do agendamento da sua votação em Plenário, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Entretanto, foi retomado o segundo ponto da Ordem de Trabalhos. O Senhor Deputado Miguel Queiroz (PSD), em substituição do Deputado Pedro Quartin Graça (PSD), procedeu à apresentação de forma sucinta do Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 689/X (CDS-PP) - *Cria mecanismos de combate ao desemprego, nomeadamente de cidadãos com mais de 55 anos e de jovens desempregados*. Submetidas à votação as partes I (Considerandos) e III (Conclusões) foram as mesmas aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

A Ordem de Trabalhos prosseguiu com a audiência solicitada pela Ordem dos Enfermeiros, sobre a proposta de criação do Técnico de Emergência Pré-Hospitalar. Esta audiência foi integralmente gravada em suporte áudio e, nessa medida, encontra-se acessível na página da internet da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), começou por cumprimentar a delegação da Ordem dos Enfermeiros, que era composta pelo Senhor Vice-Presidente do Conselho Directivo, Enfermeiro Jacinto Oliveira, e pelo Senhor Vogal do Conselho Directivo, Enfermeiro Júlio Branco.

Após a intervenção inicial do Senhor Enfermeiro Jacinto Oliveira, em que este, sucintamente, referiu que subjacente à solicitação desta audiência se encontrava um relatório de audiência concedido ao Sindicato dos Técnicos de Ambulância de Emergência



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(STAE), no qual existiam algumas afirmações com as quais a Ordem não podia deixar de demonstrar o seu mais veemente desacordo. Aproveitou ainda para tecer algumas considerações sobre a urgência de elaborar um plano nacional para a urgência pré-hospitalar e só depois, eventualmente, se pode discutir da necessidade de criação de outras carreiras.

De seguida intervieram os Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS) e João Oliveira (PCP), que solicitaram esclarecimentos e teceram comentários sobre alguns dos aspectos referidos. Tomou então a palavra, o Senhor Enfermeiro Jacinto Oliveira para uma última intervenção, dando conta das negociações entre o presidente do INEM e a Senhora Ministra da Saúde sobre o referido plano nacional, pese embora, ainda não tenha sido tornado público qualquer documento sobre o assunto. Concluída a audiência, o Senhor Presidente agradeceu a presença da Ordem dos Enfermeiros e deu-se início à audiência seguinte.

O Senhor Presidente da Comissão iniciou a audiência cumprimentando a delegação da Ordem dos Economistas, composta por S. Exa. o Bastonário, Dr. Murteira Nabo, que se fez acompanhar pela Dra. Leonor Aires, Dra. Manuela Morgado, Dr. Pedro Meireles, Prof. Doutor João César das Neves e Prof. Doutor António Mendonça. Esta audiência foi integralmente gravada em suporte áudio e, nessa medida, encontra-se acessível na página da internet da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Na intervenção inicial, S. Exa. o Bastonário da Ordem dos Economistas deu conta da intenção da Ordem de alterar os seus estatutos, no sentido de adaptá-los ao processo de Bolonha. Do mesmo modo, informou os Senhores Deputados de um conjunto de factos ligados à Ordem, mas também à profissão de economista. Por fim, fez alusão à possibilidade de serem criados colégios de especialidade, que possam albergar profissões ligadas à economia, mesmo em situações nas quais já existem câmaras que as absorvem. A Dra. Manuela Morgado fez uma breve intervenção para esclarecer que a alteração aos Estatutos proposta não visa limitar o acesso a ninguém que tenha um curso de economia (ou ciências económicas), apenas adaptar os Estatutos à nova terminologia de Bolonha.

De seguida, tomaram a palavra os Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS), João Oliveira (PCP) e Mariana Aiveca (BE), que solicitaram alguns esclarecimentos e teceram



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

alguns comentários no sentido da aceitação, em geral, das mudanças dos Estatutos, no que concerne à adaptação à realidade introduzida por Bolonha.

A finalizar, S. Exa. o Bastonário proferiu uma última intervenção, no sentido de esclarecer o objectivo de criação de colégios de especialidade, sublinhando que não se pretende acabar ou limitar com as associações públicas profissionais existentes, apenas criar alternativas, num ambiente de total liberdade de inscrição. A Dra. Manuela Morgado também solicitou a palavra para um breve comentário final. O Senhor Presidente agradeceu novamente a presença da Ordem dos Economistas e deu por concluída a audiência.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às treze horas e vinte minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de Maio de 2009.

O PRESIDENTE,

Alberto Arons de Carvalho



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Arons de Carvalho
Arménio Santos
Costa Amorim
Custódia Fernandes
Esmeralda Salero Ramires
Isabel Coutinho
Isabel Santos
Jorge Strecht
Maria Cidália Faustino
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Miguel Queiroz
Pedro Mota Soares
João Oliveira
Maria de Lurdes Ruivo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Helena Oliveira
Miguel Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Machado
Pedro Quartim Graça